

## Considerações finais

No momento em que concluo minha análise sobre estratégias de dominação contidas em livros premiados pelo Estado Novo português a partir das edições dos Concursos de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias (AGC), é chegado o momento de refazer o percurso desta dissertação de mestrado. De maneira geral, minha proposta foi mostrar que mecanismos textuais foram usados no sentido de criar, ou talvez reforçar, um senso comum na sociedade metropolitana portuguesa em prol da continuidade da engrenagem econômica colonial. Meu recorte temporal compreendeu o período histórico entre 1926 e 1951, ou seja, do “Golpe do 28 de Maio” liderado pelo general Gomes da Costa, movimentação política que levou à instituição do Estado Novo português, à revisão do Ato Colonial motivada pelas pressões internacionais sentidas já nos estertores da Segunda Guerra Mundial.

Entre as estratégias de hierarquização social identificadas nesses textos coloniais, está a evidenciação dos processos de estereotipagem engendrados pelos três autores que escreveram os livros selecionados para este estudo. A partir das considerações feitas por Homi K. Bhabha em *O local da cultura*, discuti dinâmicas de atração e repulsa contidas nas textualidades dos livros, bem como recalques coloniais que se manifestavam na fixidez das representações. Com o suporte da teoria de João de Pina Cabral e Mário Moutinho, procurei trabalhar as noções de agorafobia e fantasmagorização da subalternidade. O objetivo foi evidenciar como era necessário transmitir aos leitores portugueses, também integrantes de uma sociedade calcada em bases coloniais, a ideia de que os territórios a serem dominados eram desabitados. Para isso, usava-se a negação da presença dos indivíduos nativos, o que legitimava a urgência da ocupação portuguesa nessas regiões.

A segunda proposta de minha dissertação foi explicitar os nexos das relações entre autores, leitores e as instâncias reguladoras dos concursos de literatura colonial da AGC. Entre eles, estão o compartilhamento do ideário do Estado Novo pelos autores e administradores coloniais responsáveis pela realização das edições anuais do prêmio. Aos autores, por sua vez, certamente interessavam os altos valores monetários pagos aos vencedores das categorias dos concursos, mas, em especial para esta análise, a legitimação da própria experiência vivida nas colônias ou da atuação como agentes coloniais. Já os leitores identificavam os escritores como personalidades de relevo no contexto social português, o que os legitimava como figuras de credibilidade a partir de suas atuações paralelas como jornalistas, educadores e administradores coloniais. A constância das subseqüentes reedições dos prêmios nesses 25 anos de realização (de 1926 a 1951) revela indícios de que os concursos de literatura colonial da AGC foram eficientes em sua tarefa de produzir propaganda da ação colonizatória portuguesa.

Minha análise, dividida em quatro capítulos, começou com um panorama das circunstâncias sociopolíticas e culturais do Estado Novo português. Na primeira parte, identifiquei aspectos que levaram à criação da Agência Geral das Colônias e, posteriormente, dos concursos de literatura colonial. Trouxe informações relativas aos valores dos prêmios e sobre a biografia de alguns dos vencedores, apontando ainda similaridades entre o que eles escreviam em jornais e o que esse periódicos publicavam em relação a eles. Aspectos do mercado editorial também foram levantados. Desse ponto em diante, procurei sistematizar meu estudo com aspectos específicos de cada livro analisado.

No segundo capítulo, trabalhei a textualidade de *Oiro africano*, livro escrito por Julião Quintinha em 1929 e premiado no mesmo ano. A principal proposta foi relacionar as representações contidas nos relatos de viagem do autor com a ambiência colonial portuguesa da década de 1930, período no qual a ação colonizatória foi fundamental para a consolidação da gestão político-econômica do Estado português, de forma a suplantar fortes crises institucionais que ameaçavam a governabilidade do país.

Em seguida, no terceiro capítulo, me dediquei à análise de *Na pista do marfim e da morte: reportagens africanas vividas e escritas por Ferreira da Cos-*

ta, de autoria de Ferreira da Costa. A leitura deste livro, de 1944, foi útil no sentido de evidenciar as peculiaridades das representações coloniais em outro momento histórico, o do fim da Segunda Guerra Mundial. Foi possível identificar uma nova construção da figura do colono português, necessária ao Estado Novo naquela etapa da colonização lusa, ao mesmo tempo em que a fixidez do estereótipo também se processava.

*Gentio de Timor* ocupa as páginas do quarto capítulo. Nele, focalizei aspectos concernentes à reedição integral do livro de 1935 do capitão português Armando Pinto Corrêa, relançado no ano passado a pedido do bispo emérito de Díli e Prêmio Nobel da Paz de 2006, Dom Ximenes Belo. A partir de considerações de Miguel Vale de Almeida, identifiquei uma nova relação política entre Portugal e Timor-Leste, ex-colônia do país. Nos dias de hoje, Portugal se apresenta a Timor-Leste como possibilidade de futuro, e é também nesse sentido que a reedição de *Gentio de Timor* surge como oportunidade de inserção dessa jovem nação no cenário internacional através de seu vínculo com a história imperial lusófona, ganhando visibilidade e espaço político.

A colaboração desta dissertação é trazer à tona um tema praticamente ausente dos meios acadêmicos, que não parece interessar nem às universidades portuguesas nem às existentes nos países que um dia foram colônias de Portugal. Noto que é da recusa político-ideológica das situações coloniais que nasce esse silêncio. Entretanto, a análise de textos desta ordem possibilita compreender tanto o passado quanto o presente de colonizadores e colonizados, permitindo o entendimento da colonização como evento incontornável, a não ser no estatuto político das nações originadas nos espaços colonizados. Em qualquer outro plano, como, por exemplo, na dimensão cultural e lingüística, mas não só nela, a história colonial impõe continuidades, o que não deve ser jamais perdido de vista. O Brasil, por isso mesmo, pode ocupar um espaço importante nessa discussão acadêmica.

É evidente que esta é uma primeira abordagem ao tema e que a seleção de um *corpus* de três livros não é suficiente (nem o pretende ser) para explorar as variadas perspectivas que um objeto de estudo como os concursos de literatura colonial . Ficam aqui o reconhecimento de que o material é vastíssimo e a declaração do intento de dar continuidade à investigação. E, também, o incentivo para que

outros pesquisadores se interessem por discussões tão férteis e necessárias quanto essas.